

XVI SEMINÁRIO
DE INTEGRAÇÃO

25 E 26
OUTUBRO
de 2017

DO GLOBAL AO LOCAL: O PODER DAS ESCALAS SOBRE O TERRITÓRIO



Uma Análise Bibliométrica: Políticas Públicas no Brasil e no Mundo

Fábio Freitas da Silva¹

Geísa Pereira Marcilio Nogueira¹

Ítalo de Oliveira Matias¹

Ludmila Gonçalves da Matta¹

Aldo Shimoya¹

ST2. Cidades, Política Urbana e Processos Sociais

Resumo: Com o crescente volume de publicações em várias temáticas, é difícil acompanhar a evolução de uma determinada área de conhecimento. O presente trabalho tem como objetivo mostrar a evolução do tema políticas públicas no contexto mundial e nacional por meio de uma análise bibliométrica. Foram levantados indicadores mais gerais na avaliação global, como o histórico temporal das publicações e os países que mais debatem sobre o tema; enquanto na conjuntura brasileira indicadores mais específicos, tais como, a rede de colaboração do Brasil com outros países e instituições. Os principais resultados mostraram que a primeira publicação sobre o tema estudado surgiu em 1909 no cenário mundial e 1987 no Brasil. E que os Estados Unidos destacaram-se na pesquisa com maior número de publicações. Outro ponto foi que, apesar do desenvolvimento tardio na área de políticas públicas, o Brasil ocupa o quarto lugar no ranque mundial. Em relação às instituições, a USP concentra o maior volume de trabalhos publicados, no entanto, Estados Unidos ganha no todo.

Palavras-chave: Bibliometria. Políticas Públicas. Brasil. Indicadores. Mapeamento VOS.

(¹) Universidade Candido Mendes

1 Introdução

Souza (2006) informa que a política pública, enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica, nasceu nos Estados Unidos da América (EUA), rompendo, de certo modo, com os padrões tradicionais europeus de estudos e pesquisas voltadas para a análise de teorias explicativas sobre o Estado e suas instituições. Nos EUA, essa área surgiu voltada para os estudos sobre a ação dos governos.

Já no caso do Brasil, Castro (2008) salienta que as práticas das primeiras políticas públicas surgiram no governo de Getúlio Vargas (1930 a 1945) e estavam fortemente relacionadas às questões trabalhistas. A autora ainda destaca o forte caráter excludente das políticas propostas nesse período, em parte, pelo fato de que tais políticas eram focadas em grupos e/ou categorias profissionais específicas. E que, somente a partir da década de 1980, com o fim da ditadura, foram previstas e propostas as políticas públicas universalistas.

Nesse contexto, percebe-se que a discussão em torno das políticas públicas e do seu papel na construção da cidadania diferem de acordo com o meio social e com a época em questão. Outro fator que exerce influência sobre essa temática relaciona-se aos interesses dos atores envolvidos na elaboração e na condução dessas políticas.

Diante do que foi exposto, o objetivo do presente trabalho foi realizar uma bibliometria sobre o tema políticas públicas a fim de evidenciar a evolução do tema no Brasil e no mundo ao longo dos anos. Para isso, o artigo utiliza métodos bibliométricos de análise de desempenho e mapeamento.

O presente artigo está organizado da seguinte forma: a sessão 2 discorre brevemente sobre a questão das políticas públicas no Brasil. A sessão 3 apresenta os principais aspectos relacionados à técnica de análise bibliométrica. A sessão 4 descreve a metodologia utilizada nessa pesquisa. A sessão 5 pondera sobre os

principais resultados e discussões sobre o tema analisado. Por fim, a sessão 6 contém as conclusões da pesquisa.

2 Políticas Públicas

De acordo com Souza (2006), a área de políticas públicas teve quatro grandes fundadores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. De acordo com a autora, cada um deles contribuiu significativamente com a formulação da política pública como área de conhecimento. Laswell (1936) introduziu a análise de política pública conciliando o meio científico e acadêmico com a produção empírica dos governos. Simon (1957) introduziu a ideia da racionalidade limitada dos agentes públicos, seja por falta de informação ou tempo, por exemplo, para a tomada de decisão e contrapõe esse fato com a necessidade do uso da própria racionalidade para modelar o comportamento das decisões públicas. Lindblom (1959; 1979) propôs a incorporação de outras variáveis na análise de políticas públicas como as relações de poder e a integração entre as diversas fases do processo decisório, destacando a função das eleições, dos partidos e dos grupos de interesse, por exemplo. Easton (1965) definiu as políticas públicas como um sistema que recebe entradas e, por conseguinte, produzem saídas influenciadas por essas entradas.

Diante dessas diversas contribuições que foram capazes de fundar a área de políticas públicas, torna-se difícil conceituá-la à medida que se observam diversos autores com uma gama de definições, as quais se complementam inclusive. Não obstante, no campo da ciência política, existem, pelo menos, duas definições clássicas sobre as políticas públicas. A primeira diz respeito à necessidade de ser uma política elaborada para enfrentar um problema público, constituindo algo que compromete tanto o Estado como a sociedade, não sendo, portanto, sinônimo de política estatal (FREY, 2000). E, sim, uma política onde o Estado participa como um agente importante (CASTRO, 2008). Já a segunda é mais ampla e desvincula o conceito de política pública exclusivamente do setor estatal, embora o Estado continue exercendo o papel central. Nessa percepção, as políticas governamentais são um subgrupo das políticas públicas. E estas, por sua vez, podem ser estabelecidas por organizações privadas, indivíduos, organizações não governamentais, organismos multilaterais, entre outros.

3 Bibliometria

Segundo Guedes e Borschiver (2005, p 1), “a bibliometria é um conjunto de leis e princípios empíricos que contribuem para estabelecer os fundamentos teóricos da Ciência da Informação”. Ou, em uma abordagem mais clássica, bibliometria é toda pesquisa que tenta mensurar os processos de comunicação da escrita, seja por métodos matemáticos ou estatísticos (PRITCHARD, 1969).

Com o crescente aumento do volume de produção científica, está cada vez mais difícil para os pesquisadores acompanharem a literatura relevante em suas áreas. Dessa forma, os métodos bibliométricos permitem uma avaliação sistêmica, transparente e reproduzível da literatura, mapeando o campo de pesquisa e assim orientando o pesquisador para os trabalhos mais influentes (ZUBIC; CATER, 2015). Existem dois principais usos dessa técnica, uma para análise de desempenho outra para mapeamento da ciência. A primeira busca avaliar grupos de atores científicos, como países, universidades e pesquisadores, enquanto a segunda tem como intuito revelar a estrutura dinâmica da pesquisa científica (COBO et al., 2011). Ainda segundo esse autor, o mapa da ciência é utilizado para representar o arranjo cognitivo de uma área de pesquisa.

Segundo Zubic e Carter (2015), os cinco principais métodos bibliométricos são: Análise de citação, cocitação, acoplamento bibliográfico, coautoria e copalavras. Os três primeiros usam medidas de influência e similaridade construídas com base nos dados de citações. O penúltimo mede a colaboração por meio dos dados de coautoria, e a última busca conexões entre palavras encontradas nos títulos, palavra-chave ou resumos dos documentos, com base na frequência em que elas aparecem juntas. A Tabela 1 mostra um resumo desses métodos.

Tabela 1: Resumo dos métodos bibliométricos apresentados.

Método Unidade de análise	Descrição	Prós	Contras
Citação (Documento, Autor Periódico)	Estima a influência de documentos, autores ou periódicos por meio de taxas de citação.	Pode encontrar rapidamente os trabalhos importantes no campo.	Novas publicações têm menos chances de serem citadas. Portanto, a citação como medida da influência é tendenciosa para publicações mais antigas.
Cocitação (Documento, Autor Periódico)	Conecta documentos, autores ou revistas com base no número de ocorrências conjuntas em	É o método bibliométrico mais utilizado e validado. Liga documentos, autores ou revistas com	A cocitação é realizada em artigos citados, logo não é ideal para mapear frentes de pesquisa (research fronts).

	listas de referência.	cocitação.	
Acoplamento Bibliográfico (Documento, Autor Periódico)	Conecta documentos, autores ou revistas com base no número de referências compartilhadas.	Não requer citações para acumular. Pode ser usada para encontrar, campos emergentes e subcampos menores.	Só pode se usado por prazos limitados (até cinco anos). É difícil saber se as publicações mapeadas são importantes ou não.
Coautor (Autor)	Conecta os autores quando coautor do trabalho.	Mostra a evidências de colaboração e a estrutura social do campo.	A colaboração nem sempre é reconhecida com a coautoria.
Copalavra (Palavra)	Conecta palavras quando elas aparecem no mesmo documento.	Usa o conteúdo do artigo para análise.	Palavras podem aparecer com diferentes formas e significados.

Fonte: Adaptado de Zubic e Carter (2015).

4 Metodologia

A pesquisa foi realizada no âmbito global e posteriormente nacional (Brasil). A base de dados adotada foi a Scopus e o termo de pesquisa utilizado foi “Public Policy” OR “Public Policies” OR “Public Police”. Os tipos de documentos pesquisados foram artigos ou revisões, o período analisado foi do mais antigo disponível pela base a 10 de setembro de 2017.

O trabalho, no primeiro momento, apresenta uma visão bibliométrica geral sobre a evolução das políticas públicas no mundo, avaliando seu crescimento ao longo dos anos, os principais países que mais publicam sobre este tema, bem como suas instituições e veículos de comunicação. E posteriormente, no segundo momento, segue uma metodologia, mais refinada, proposta por Zubic e Carter (2015), que adotam as seguintes etapas:

Projeto de pesquisa – Que instituições e países colaboram neste campo de pesquisa? Qual é o grupo de autores citados sistematicamente na área de políticas públicas? Que palavras são usadas em conjunto? Para responder essas questões foram utilizadas a análise de coautor, cocitação, e copalavras.

Compilação dos dados bibliométricos – A base de dados utilizada foi a Scopus e o filtro utilizado foi o país (Brasil).

Análise dos dados – Os softwares escolhidos, para uma análise prévia e limpeza dos dados, foram o Microsoft Excel, BigExcel (PERSSON et al., 2009) e Vosviewer (VAN ECK; WALTMAN, 2010, 2014).

Visualização – O método de visualização adotado foi a técnica VOS de mapeamento, que é construído sobre a matriz de similaridade.

Interpretação – O passo final da análise bibliométrica foi a interpretação dos resultados. Os documentos foram verificados para se chegar a uma conclusão válida, pois a bibliometria não substitui a extensa leitura de campo (ZUBIC; CATER, 2015).

5 Resultados

5.1 Visão Global

Em um panorama global, a primeira publicação sobre políticas públicas no mundo ocorreu em 1909, enquanto, no Brasil, em 1987 (Figura 1). Em ambos os contextos, há um período em que o tema não era muito discutido pela comunidade acadêmica; no mundo, esse período foi de 1909 a 1969 e, no Brasil, de 1987 a 2004. Após esses intervalos de tempo, observa-se uma tendência de crescimento sobre o assunto, atingindo seu ápice mundial em 2004 e o nacional, em 2015.

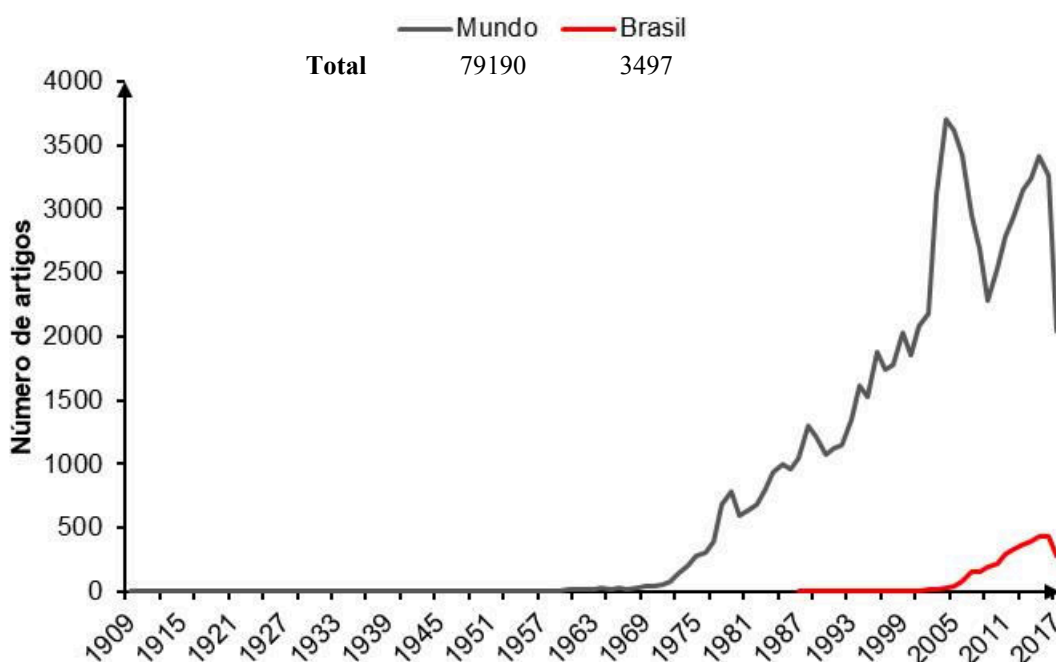


Figura 1: Número de publicações por ano.
Fonte: Adaptado da base Scopus.

Em relação aos países com maior número de publicações, destacam-se os Estados Unidos, com 25099 trabalhos ao longo dos anos, seguido pelo Reino Unido, Canadá, Brasil, Austrália e França, com mais de duas mil publicações, conforme pode ser visto na Figura 2. É interessante notar que o Brasil apareceu em quarto lugar, sendo que ele iniciou o debate sobre o tema somente em 1987.

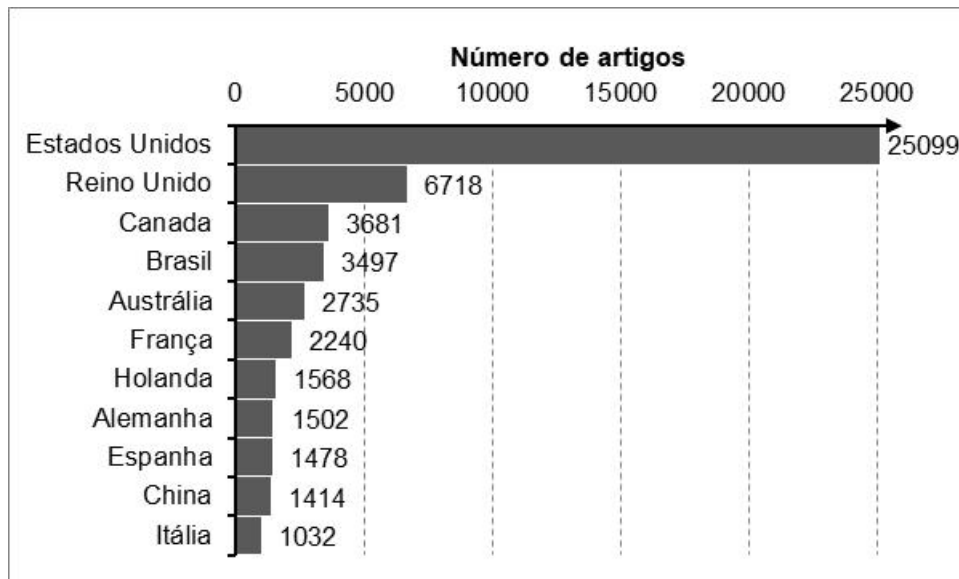


Figura 2: Número de publicações dos países com mais 1000 artigos.
Fonte: Adaptado da base Scopus.

Apesar de o Brasil não estar em primeiro lugar no número de publicações, ele possui maior destaque em relação às instituições que mais debatem sobre o tema. A Universidade de São Paulo (USP) foi a instituição que mais gerou trabalhos sobre o assunto políticas públicas. Destaca-se também outra organização brasileira, a Fundação Oswaldo Cruz, que apareceu em décimo sétimo lugar em um grupo de vinte, conforme pode ser visto na Figura 3. Ainda nesta Figura, pode-se notar uma predominância de universidades americanas, o que justifica a hegemonia desse país no total de publicações.

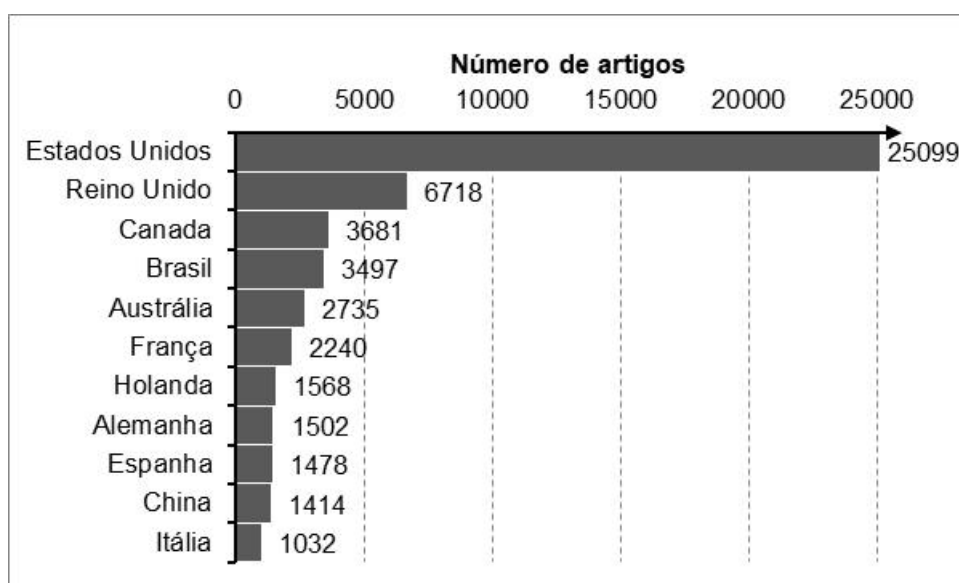


Figura 3: Número de publicações das 20 primeiras instituições.
Fonte: Adaptado da base Scopus.

Encontram-se, na Figura 4, as diferentes subáreas do tema políticas públicas. Pode-se observar que os campos das Ciências Sociais (23%) e a Medicina (19%) concentram 42% dos trabalhos sobre políticas públicas, seguidos por outros setores menos expressivos. Vale ressaltar que foram encontradas 28 áreas de conhecimento no todo, porém não foram tão expressivas quanto às destacadas na Figura 4.

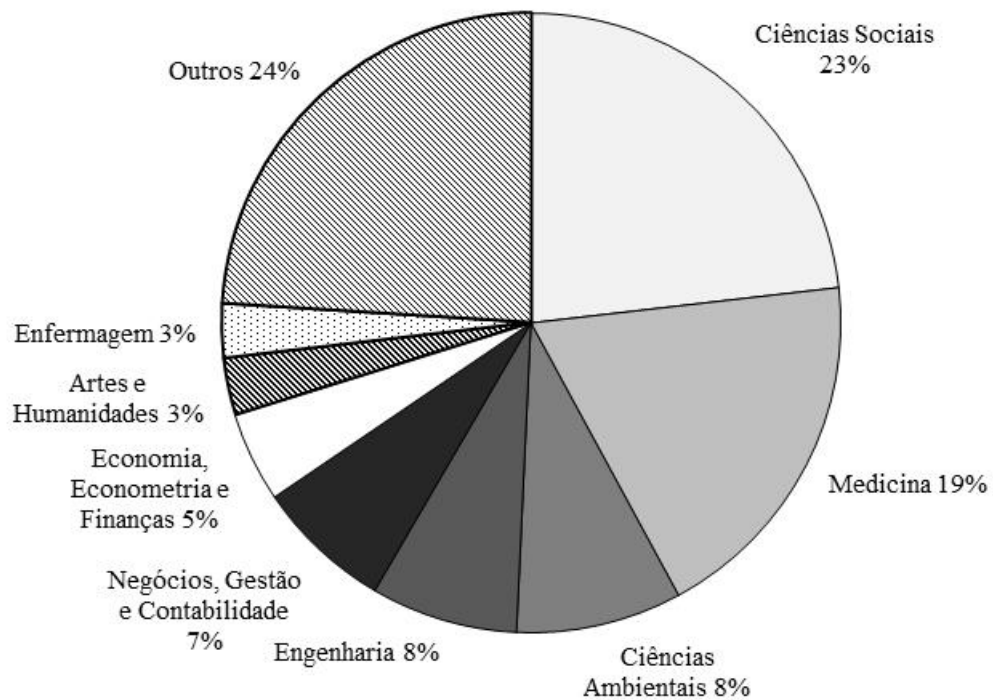


Figura 4: Concentração das publicações por área de conhecimento.
Fonte: Adaptado da base Scopus.

Os principais veículos de comunicação (periódicos) do tema estudado estão apresentados na Tabela 2. No total, foram encontrados 157 periódicos, sendo listados os dez primeiros. Pode-se observar um periódico brasileiro, Ciência e Saúde Coletiva, inserido no panorama mundial.

Tabela 2: Principais veículos de comunicação.

Periódicos	Publicações
<i>Journal of Policy Analysis and Management</i>	830
<i>Energy Policy</i>	549
<i>New York Times</i>	449
<i>Telecommunications Policy</i>	426
<i>Transportation Research Record</i>	377
<i>Environmental Management</i>	320
<i>Jane S Defence Weekly</i>	319
<i>Journal of Cleaner Production</i>	310

<i>American Journal Of Public Health</i>	290
Ciência e Saúde Coletiva	259

Fonte: Adaptado da base Scopus.

Na Tabela 3, são exibidos os 11 primeiros trabalhos mais citados no contexto global. Os artigos que tiveram o maior número de citações foram: Teece (1986), com 3870, seguido por Ragauskas et al. (2006) e Mozaffarian et al. (2015), com 3061 e 2578 citações, respectivamente. Observa-se nesses três trabalhos uma sequência nos períodos de publicação (1986, 2006 e 2015), escalonados do mais antigo ao mais atual, cada um em um contexto diferente. De forma geral, foi possível notar uma preponderância das áreas de Ciências Sociais e Medicina.

Tabela 3: Trabalhos mais citados sobre políticas públicas no mundo.

Autor	Título	Citação	Ano
Teece, D.J.	<i>Profiting from technological innovation: Implications for integration, collaboration, licensing and public policy</i>	3870	1986
Ragauskas, A.J. et al.	<i>The path forward for biofuels and biomaterials</i>	3061	2006
Mozaffarian, D. et al.	<i>Heart disease and stroke statistics-2015 update : A report from the American Heart Association</i>	2578	2015
Meyer, I.H.	<i>Prejudice, Social Stress, and Mental Health in Lesbian, Gay, and Bisexual Populations: Conceptual Issues and Research Evidence</i>	2357	2003
Tilman, D. et al	<i>Agricultural sustainability and intensive production practices</i>	2330	2002
Mcleroy, K.R. et al.	<i>An Ecological Perspective on Health Promotion Programs</i>	2256	1988
Bronfenbrenner, U.	<i>Ecology of the Family as a Context for Human Development. Research Perspectives</i>	2160	1986
Link, B.G. et al.	<i>Social conditions as fundamental causes of disease.</i>	1947	1995
Rimm, E.B. et al.	<i>Vitamin E Consumption and the Risk of Coronary Heart Disease in Men</i>	1897	1993
Kraut, R. et al.	<i>Internet Paradox: A Social Technology That Reduces Social Involvement and Psychological Well-Being?</i>	1880	1998
Brook, R.D. et al.	<i>Particulate matter air pollution and cardiovascular disease: An update to the scientific statement from the american heart association</i>	1853	2010

Fonte: Adaptado da base Scopus.

5.2 Visão Local

5.2.1 Análise de Coautoria

Na análise de coautoria, buscou-se identificar quais instituições e países mais colaboram no campo de pesquisa das políticas públicas. Observa-se, na Figura 5, a estrutura colaborativa do Brasil com outros países. De forma geral, o tamanho do círculo indica o número de publicações, por outro lado, a proximidade entre eles sugere um elo mais forte de coautoria. As cores indicam *clusters* de países que

foram mais fortemente relacionados entre si e as linhas, ligações entre essas nações. Identificam-se três grupos principais (azul, vermelha e verde) o Brasil foi o nó com maior evidência conectando-se a todos os outros países, o *cluster* verde mostra que o Brasil tem um relacionamento mais forte com os países desse grupo.

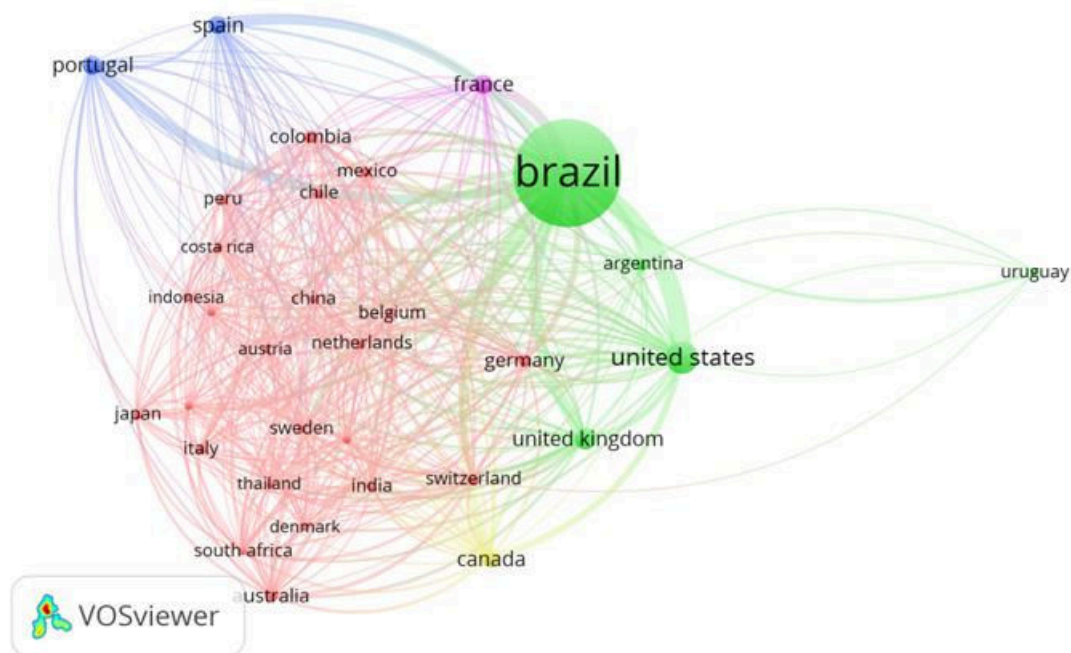


Figura 5: Estrutura colaborativa do Brasil com outros países.

Fonte: Adaptado da base Scopus.

Na Figura 6, encontra-se, na parte superior, a rede de colaboração e, na inferior, o mapa de calor das instituições com mais coautoria.

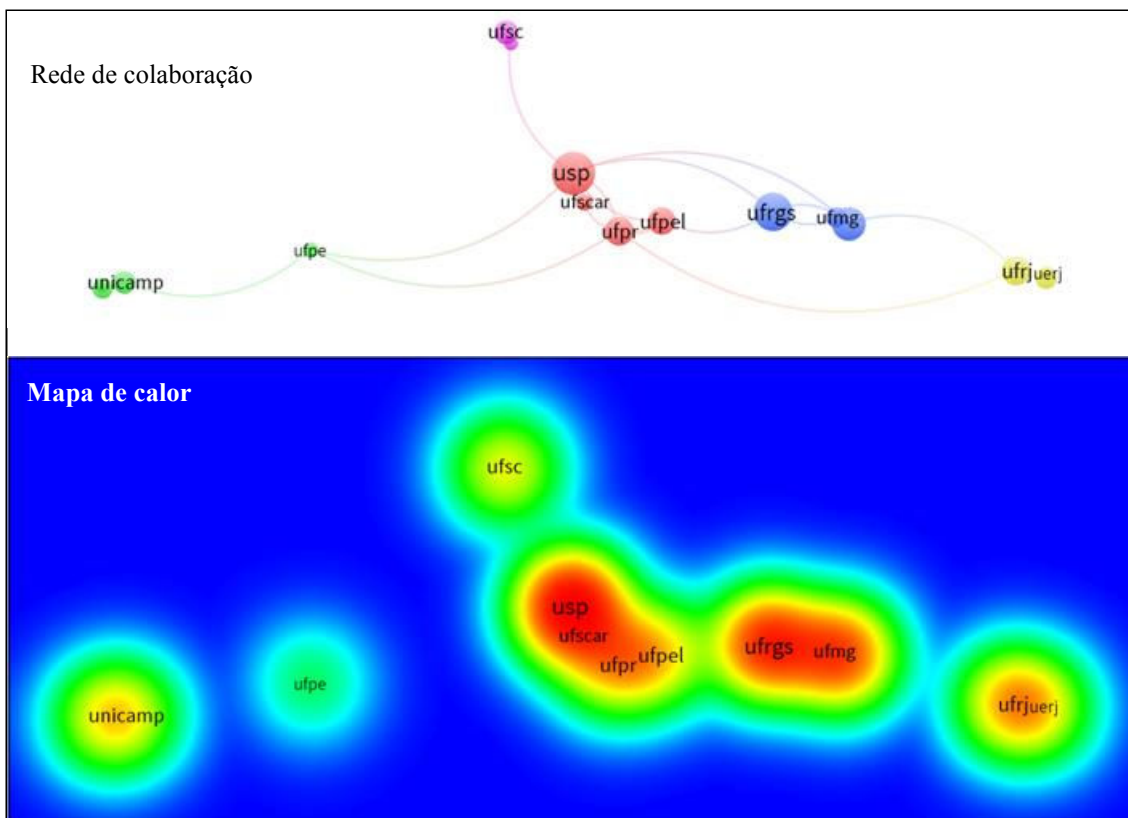


Figura 6: Estrutura colaborativa do Brasil com base nas organizações.

Fonte: Adaptado da base Scopus.

Na Figura 6, parte superior, quanto mais próximos os círculos (instituições), mais forte é a ligação de coautoria entre as universidades, sendo que o seu tamanho depende do número de documentos com coautoria de cada organização. As cores representam conjuntos de universidades com fortes conexões de coautoria, e as linhas indicam as ligações entre essas instituições. Por outro lado, na parte inferior, cada ponto tem uma cor, que depende da densidade desse item, ou seja, a cor de um ponto no mapa depende do número de itens na proximidade e a importância dos itens vizinhos.

Ainda na Figura 6, observam-se cinco grupos cada um com uma cor diferente: o grupo em vermelho foi composto pelas instituições UFPel, UFPR, UFSCar e USP; o grupo na cor verde foi representado pela UFF, UFPE, UFV e UNICAMP; o grupo na cor azul foi integrado pela Fundação Oswaldo Cruz, UFMG e UFRGS; o grupo em amarelo foi constituído pela UERJ, UFBA e UFRJ; por fim, o grupo lilás foi formado pela PUC-SP e UFSC. Isso significa dizer que as universidades de cada categoria estão mais relacionadas entre si, e que, dessas categorias, os grupos vermelho e azul concentram um maior nível de colaboração, parte inferior da Figura.

5.2.2 Análise de Cocitação

Na cocitação, buscou-se avaliar qual o grupo de autores que são citados juntos; a Figura 7 mostra essa questão. Observa-se um total de oito grupos; a análise foi análoga à anterior, quanto mais próximo um autor estiver do outro, maior a chance de eles serem citados juntos, independentemente do grupo no qual se encontram; as cores mostram uma maior articulação entre os autores. Já o tamanho do círculo refere-se ao número de vezes que o mesmo foi citado junto com outro autor.

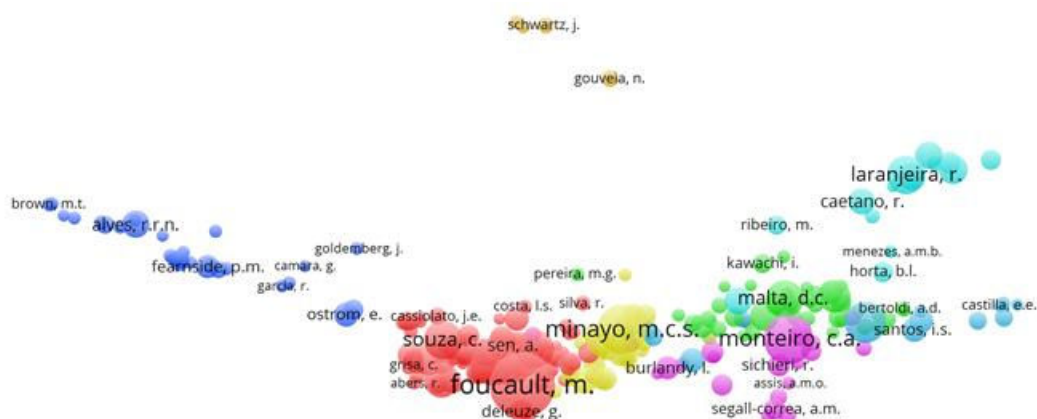


Figura 7: Análise de cocitação, autores que são citados juntos.

Fonte: Adaptado da base Scopus.

Nota-se, na Figura 8, uma visão mais detalhada do cluster vermelho com todas as suas articulações; fica mais nítida a relação entre os autores. Quem citou Marx K. também citou o Harvey D. e Castells M ou qualquer outro autor dessa rede. Souza C., Bourdieu P., Bardin I. e Foucault M. aparecem em evidência, sugerindo uma aderência maior ao tema de políticas públicas sendo nós centrais com maiores elos na cadeia de distribuição.

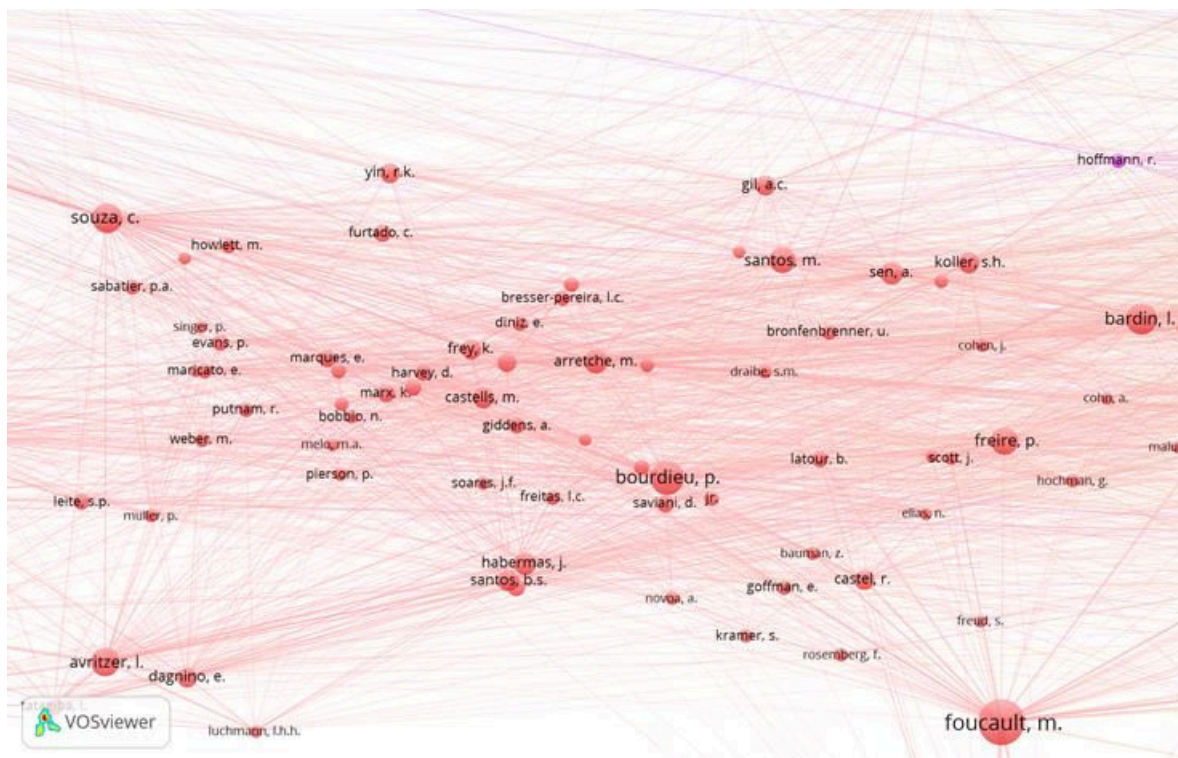


Figura 8: Análise de cocitação – *cluster* Vermelho.
Fonte: Adaptado da base Scopus.

Na Figura 9, observa-se o mapa de densidade; nota-se uma concentração, área mais vermelha, de autores como, Foucault, M.; Souza, C. e Minayo, M.C.S. Isso mostra que esses indivíduos foram citados juntos com certa frequência, e que seus temas de pesquisa estão possivelmente relacionados.

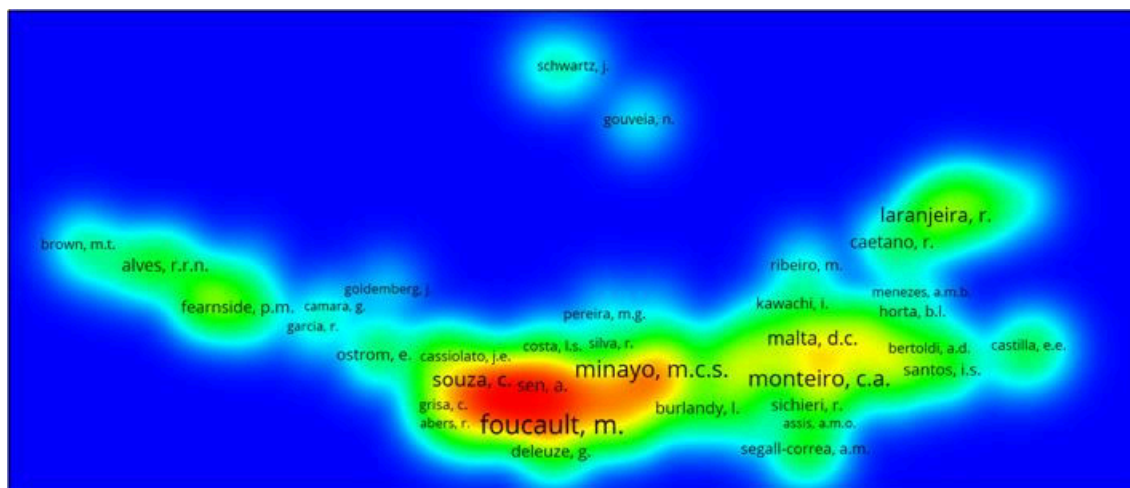


Figura 9: Análise de cocitação por densidade, autores que são citados juntos.
Fonte: Adaptado da base Scopus.

5.2.3 Análise de Copalavra

publicações. A primeira discussão no meio acadêmico surgiu em 1909 nos Estados Unidos, enquanto no Brasil, em 1987.

Em relação às instituições, a USP concentra o maior volume de trabalhos publicados, apesar dos EUA ganharem no total, logo a pesquisa americana foi bem pulverizada entre as universidades. Globalmente, o tema política pública mostrou-se uma área multidisciplinar, com destaque a dois setores: Ciências sociais e Medicina, que juntos somam 42% do total de produções científicas. Os três primeiros trabalhos que mais se destacaram seguiram uma ordem cronológica, nos quais cada um deles abordou um assunto distinto.

No que diz respeito ao Brasil, foi observada a rede colaborativa com outros países, que mostrou um grande intercâmbio com várias nações do mundo, contudo o grupo mais inter-relacionado, maior combinação de coautoria, com o Brasil foi Estados Unidos, Argentina, Uruguai e Reino Unido. Na perspectiva das instituições, a UFPel, UFPR, UFSCar e USP tiveram uma maior inter-relação e concentração de coautoria. Apesar da Região Sul e Sudeste se destacarem, o Nordeste também aparece na rede colaborativa.

Na análise de cocitação (por autor), foi possível identificar vários grupos de autores, cada um mais articulado entre si. Por exemplo, Souza C., do centro de estudos e pesquisas em Humanidades da Universidade Federal da Bahia, foi citado com frequência junto com autores como: Howlett. M, do departamento de ciências políticas da Universidade de Simon Fraser, Canadá; Akerman, M., da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Ou seja, quem cita um autor de um determinado grupo tende a citar outros autores desse mesmo grupo.

Por fim, na avaliação de copalavra, foi analisada a frequência e as conexões de palavras-chave nos artigos. Foi possível observar itens com muitos elos inter-relacionados e outros nem tanto, mas que ocorreram com bastante frequência. Por exemplo, o termo políticas públicas apareceu, ao mesmo tempo, com educação superior, equidade, política social e cidadania. Mas dificilmente essas palavras estiveram articuladas com inovação, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento regional.

Vale lembrar que a bibliometria é uma técnica com viés quantitativo em uma análise subjetiva. Mostrou-se muito útil para fazer um mapeamento geral da ciência, bem como para definição de um núcleo de leitura inicial. Contudo, apesar da base

de dados escolhida ser muito abrangente, isso não significa dizer que ela represente toda produção científica na área. Outro ponto importante, colocado por alguns autores, foi frisar que nada substitui a leitura extensiva dos trabalhos.

REFERÊNCIAS

BRONFENBRENNER, Urie. Ecology of the family as a context for human development: Research perspectives. **Developmental psychology**, v. 22, n. 6, p. 723, 1986.

BROOK, Robert D. et al. Particulate matter air pollution and cardiovascular disease. **Circulation**, v. 121, n. 21, p. 2331-2378, 2010.

CASTRO, Maria Helena Guimarães. Políticas Públicas: conceitos e conexões com a realidade brasileira. In: CANELA, Guilherme (org.). **Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo**. São Paulo, SP: Cortez, 2008.

COBO, Manolo J. et al. An approach for detecting, quantifying, and visualizing the evolution of a research field: A practical application to the fuzzy sets theory field. **Journal of Informetrics**, v. 5, n. 1, p. 146-166, 2011.

EASTON, D. **A Framework for Political Analysis**. Englewood Cliffs: Prentice Hall. 1965.

FREY, Klaus. **Políticas Públicas**: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas. 2000.

GUEDES, Vânia LS; BORSCHIVER, Suzana. **Bibliometria**: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6, 2005.

KRAUT, Robert et al. Internet paradox: A social technology that reduces social involvement and psychological well-being?. **American psychologist**, v. 53, n. 9, p. 1017, 1998.

LASWELL, H.D. **Politics**: Who Gets What, When, How. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

LINDBLOM, Charles E. Still Muddling, Not Yet Through. **Public Administration Review**, p. 517-526. 1979.

LINDBLOM, Charles E. The Science of Muddling Through. **Public Administration Review**, p. 78-88. 1959.

LINK, Bruce G.; PHELAN, Jo. Social conditions as fundamental causes of disease. **Journal of health and social behavior**, p. 80-94, 1995.

MCLEROY, Kenneth R. et al. An ecological perspective on health promotion programs. **Health education quarterly**, v. 15, n. 4, p. 351-377, 1988.

MEYER, Ilan H. Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: conceptual issues and research evidence. **Psychological bulletin**, v. 129, n. 5, p. 674, 2003.

MOZAFFARIAN, Dariush et al. Executive summary: heart disease and stroke statistics—2015 update. **Circulation**, v. 131, n. 4, p. 434-441, 2015.

PERSSON, Olle; DANELL, Rickard; SCHNEIDER, J. Wiborg. How to use Bibexcel for various types of bibliometric analysis. **Celebrating scholarly communication studies: A Festschrift for Olle Persson at his 60th Birthday**, v. 5, p. 9-24, 2009.

PRITCHARD, A. Statistical bibliography or bibliometrics? **Journal of Documentation: a Bibliometric Study**, v. 25, n.4, p. 348-349, dec, 1969.

RAGAUSKAS, Arthur J. et al. The path forward for biofuels and biomaterials. **Science**, v. 311, n. 5760, p. 484-489, 2006.

RIMM, Eric B. et al. Vitamin E consumption and the risk of coronary heart disease in men. **New England Journal of Medicine**, v. 328, n. 20, p. 1450-1456, 1993.

SIMON, Herbert. **Comportamento Administrativo**. Rio de Janeiro: USAID. 1957.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45. 2008.

TEECE, David J. Profiting from technological innovation: Implications for integration, collaboration, licensing and public policy. **Research policy**, v. 15, n. 6, p. 285-305, 1986.

TILMAN, David et al. Agricultural sustainability and intensive production practices. **Nature**, v. 418, n. 6898, p. 671, 2002.

VAN ECK, Nees Jan; WALTMAN, Ludo. Software survey: VOSviewer, a computer program for bibliometric mapping. **Scientometrics**, v. 84, n. 2, p. 523-538, 2010.

VANECK, Nees Jan; WALTMAN, Ludo. Visualizing bibliometric networks. In: **Measuring scholarly impact**. Springer International Publishing, 2014. p. 285-320.

ZUPIC, Ivan; ČATER, Tomaž. Bibliometric methods in management and organization. **Organizational Research Methods**, v. 18, n. 3, p. 429-472, 2015.